

José Oliveira Dias Coimbra, professor catedrático, no período compreendido entre 16 e 18 de Novembro de 2005.

23 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

Rectificação n.º 2014/2005. — Para os devidos efeitos se rectifica que, no aviso n.º 9625/2005, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 3 de Novembro de 2005, referente ao concurso n.º 10/2005, (pp. 15 459 e 15 460), nos vogais suplentes, onde se lê «Dr.ª Alexandrina Peixoto Ribeiro, assessora da carreira técnica superior, área de apoio ao ensino e à investigação científica, do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto» deve ler-se «Dr.ª Maria Alexandrina Macedo Timóteo, assessora da carreira técnica superior, área de apoio ao ensino e à investigação científica, do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto».

11 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Edital n.º 944/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa Prof. Doutor António Romão, proferido por delegação, é constituído, de acordo com o estabelecido no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, o júri do concurso documental, aberto pelo aviso n.º 5557/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 1 de Junho de 2005, para provimento de um lugar de professor associado para o Departamento de Matemática, grupo de disciplinas de Análise Matemática ou Geometria ou Topologia, do Instituto Superior Técnico, nos seguintes termos:

Presidente — Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.
Vogais:

- Doutor Eduardo Manuel Freire Marques de Sá, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Doutor Miguel de Paula Nogueira Ramos, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Doutora Maria Teresa de Lemos Monteiro Fernandes, professora catedrática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Doutor Mário Sequeira Rodrigues Figueira, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Doutor José Agostinho Basto Gonçalves, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- Doutor António Franco de Oliveira Falcão, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor António Francisco Ferreira dos Santos, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor Luís Pereira de Quintanilha e Mendonça Dias Torres Magalhães, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor Carlos Alberto Varelas da Rocha, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutora Ana Bela Ferreira Cruzeiro Zambrini, professora catedrática do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor Luís Manuel Gonçalves Barreira, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Clara Petra Viana*.

Edital n.º 945/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Prof. Doutor António Romão, proferido por delegação, é constituído, de acordo com o estabelecido no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, o júri do concurso documental, aberto pelo aviso n.º 4811/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2005, para provimento de um lugar de professor asso-

ciado para o Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, na área científica de Arquitectura, do Instituto Superior Técnico, nos seguintes termos:

Presidente — Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.
Vogais:

- Doutor Luis Moya González, professor catedrático da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, da Universidad Politécnica de Madrid.
- Doutor Mário Júlio Teixeira Kruger, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Doutora Maria Clara Teles Mendes, professora catedrática da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor Manuel Correia Fernandes, professor catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Doutor António Ressano Garcia Lamas, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor António José Luís dos Reis, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor Carlos Alberto Ferreira de Sousa Oliveira, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor Fernando António Batista Branco, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Doutor Fernando José Silva e Nunes da Silva, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Clara Petra Viana*.

Faculdade de Motricidade Humana

Despacho n.º 25 486/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 30 de Setembro de 2005, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005:

Doutor Amalberti René Robert — autorizado o contrato administrativo de provimento como professor catedrático visitante, por conveniência urgente de serviço, pelo período de 6 a 17 de Outubro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, alterado por ratificação pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

O Prof. Doutor Amalberti René é licenciado em Medicina, especializado em Medicina Aeronáutica e doutorado em Psicologia Cognitiva. Dirige presentemente o Departamento de Ciências Cognitivas no Institut de Médecine Aéropatiale du Service de Santé des Armées. A sua competência no domínio do erro humano em sistemas de risco está patente nas inúmeras publicações e na participação em projectos de investigação internacionais nos contextos da aeronáutica e de outros modos de transporte, da medicina e no sector nuclear.

O Professor Amalberti René possui ainda uma longa experiência de trabalho com diferentes universidades e instituições estrangeiras. Em anexo a este relatório apresenta-se um resumo do seu *curriculum vitae* e a sua lista de publicações.

26 de Setembro de 2005. — *João Abrantes — Francisco Carreiro da Costa*.

22 de Novembro de 2005. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE COIMBRA

Escola Superior de Enfermagem
do Dr. Ângelo da Fonseca

Despacho (extracto) n.º 25 487/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho de administração do Centro Regional de Oncologia de Coimbra, S. A., de 11 de Novembro de 2005 e do

presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca de 15 de Novembro de 2005:

Ana Maria Lopes Pereira, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Centro Regional de Oncologia de Coimbra, S. A. — autorizada a sua requisição, na mesma categoria, até 28 de Fevereiro de 2006, com efeitos a 1 de Dezembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *António de Jesus Couto*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Aviso n.º 11 281/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico da Guarda:

Lina Maria Canada Abreu Nunes — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações do Instituto Politécnico da Guarda com a categoria de assistente administrativo, vencimento correspondente ao índice 209, actualizável nos termos legais, produzindo efeitos a partir de 30 de Novembro de 2005.

Paulo Alexandre Antunes dos Santos Nêrcio — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações do Instituto Politécnico da Guarda com a categoria de assistente administrativo, vencimento correspondente ao índice 209, actualizável nos termos legais, produzindo efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2005.

21 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Manuel Monteiro Mendes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Escola Superior de Música

Despacho n.º 25 488/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 17 de Novembro de 2005:

Doutor Christopher Consitt Bochmann — nomeado, provisoriamente, por três anos, professor-coordenador do quadro da Escola Superior de Música de Lisboa, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Novembro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

Instituto Superior de Engenharia

Despacho n.º 25 489/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 17 de Novembro de 2005:

Paulo Alexandre Monteiro Grave — autorizada, precedendo concurso, a nomeação definitiva como especialista de informática do grau 2, nível 1, da carreira informática, do quadro de pessoal não docente deste Instituto, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir da data da publicação. É colocado no escalão 1, índice 480. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Novembro de 2005. — A Secretária, *Graciete Pinto Correia*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Rectificação n.º 2015/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 24 de Novembro de 2005, a p. 16 511, o aviso n.º 10 654/2005 (2.ª série), na parte respeitante ao anexo, relativo à legislação a consultar para a realização das provas de conhecimento, do concurso externo de ingresso para dois lugares de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro provisório de pessoal não docente dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Setúbal, republica-se o referido anexo:

«ANEXO

Legislação a consultar para a realização das provas

Prova de conhecimentos gerais

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo

artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio.

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 393/90, de 11 de Dezembro, 204/91, de 7 de Junho, e Decretos-Leis n.ºs 420/91, de 29 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

Deontologia do serviço público — Carta ética.

Princípios gerais da acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública, na sua actuação face ao cidadão (modernização administrativa) — Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

Sistema de Qualidade em Serviços Públicos (SQSP) — Decreto-Lei n.º 166-A/99, de 13 de Maio.

Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico — Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro.

Regime aplicável aos estabelecimentos de ensino superior politécnico em instalação — Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro.

Regime de instalação na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto.

Estatutos do Instituto Politécnico de Setúbal — Despacho Normativo n.º 6/95, de 22 de Dezembro de 1994, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 29, de 3 de Fevereiro de 1995.

Prova de conhecimentos específicos

Regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Regras sobre o regime geral da estruturação de carreiras da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 465/80, de 14 de Outubro (artigo 3.º), 248/85, de 15 de Julho (artigos 1.º a 14.º, 16.º, 18.º, 19.º, 35.º e 41.º), 265/88, de 28 de Julho (artigos 5.º e 6.º), Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, e Decretos-Leis n.ºs 143/2002, de 20 de Maio, 144/2002, de 20 de Maio, 148/2002, de 21 de Maio, 149/2002, de 21 de Maio, e 154/2002, de 28 de Maio.

Carreira de pessoal operário altamente qualificado — Decretos-Leis n.ºs 518/99, de 10 de Dezembro, e 142/2001, de 24 de Abril.

Carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo — Decretos-Leis n.ºs 247/91, de 10 de Julho, e 276/95, de 25 de Outubro.

Carreira de pessoal de informática — Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, e Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

Estatuto do pessoal docente do ensino superior politécnico — Decreto-Lei n.º 185/81, 1 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de Março.

Princípios gerais de salários e gestão de pessoal na função pública — Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

Regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, 175/98, de 2 de Julho, 218/98, de 17 de Julho, e 23/2004, de 22 de Junho.

Regime de incompatibilidades e acumulações dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, e 413/93, de 23 de Dezembro.

Regras e princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 259/98, de 18 de Agosto, 324/99, de 18 de Agosto, e 325/99, de 18 de Agosto.

Definição e regulamentação da protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar — Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, e Declaração de Rectificação n.º 11-G/2003, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 226, de 30 de Setembro de 2003.

Regime dos acidentes em serviço e das doenças profissionais — Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro.

Lei de enquadramento orçamental. — Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto.

Normas de execução do Orçamento do Estado para o ano de 2005 — Decreto-Lei n.º 57/2005, de 4 de Março.

Bases da contabilidade pública — Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro.

Regime da administração financeira do Estado — Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de Maio, e pelo artigo 7.º da Lei n.º 10-B/96, de 23 Março.

Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POCP — Educação) — Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.